

## Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil

Annyelle Figueredo Teles<sup>1</sup>, Luciana da Costa da Silva<sup>2</sup>, Amanda Cordeiro da Silva<sup>3</sup>, Ibis Alan de Souza<sup>4</sup>, Carla Simone Seibert<sup>5</sup>

<sup>1, 2, 3, 5</sup> Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco III, sala 201, Plano Diretor Norte. Palmas - TO. Brasil. <sup>4</sup> Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Nacional - TO.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: annyelleteles@yahoo.com.br*

**RESUMO.** O presente estudo realizou uma abordagem descritiva sobre as condições de vida das famílias de algumas comunidades quilombolas do estado do Tocantins. Mediante a aplicação de questionário estruturado, foram entrevistadas 414 famílias, distribuídas em 21 comunidades quilombolas do Estado. A partir das entrevistas, observou-se que as comunidades estavam formadas por maior percentual de quilombolas do gênero masculino, na faixa etária adulta. Muitas famílias apresentaram renda de até um salário mínimo, valor possibilitado também pela ação do Programa Bolsa Família, que complementa a renda dessas famílias. Além disso, uma porcentagem significativa dos moradores exercia atividade de lavoura e ou artesanato, e a maior parte da população possuía como nível de escolaridade o Ensino Fundamental I (5º ano). Os resultados deste trabalho revelaram que, apesar de ter melhorado o acesso das comunidades quilombolas às escolas, muitas famílias são de baixa renda e ainda não possuem saneamento básico e energia elétrica nas suas residências. Portanto, as informações aqui apresentadas podem contribuir para a implementação de políticas públicas direcionadas para as comunidades quilombolas do Tocantins.

**Palavras-chave:** Comunidades Negras, Socioeconômico, Políticas Públicas.

## **Analysis of the life conditions of quilombolas communities in Tocantins, Brazil**

**ABSTRACT.** The present study carried out a descriptive approach on the living conditions of families in some quilombola communities in the state of Tocantins. Through the application of a structured questionnaire, 414 families were interviewed, distributed in 21 quilombola communities in the State. From the interviews, it was observed that the communities were formed by a higher percentage of male quilombolas, in the adult age group. Many families had an income of up to one minimum wage, a value also made possible by the Bolsa Família Program, which complements the income of these families. In addition, a significant percentage of the residents engaged in farming and/or handicraft activities, and most of the population had Elementary School I (5th grade) as an educational level. The results of this study revealed that, despite having improved the access of quilombola communities to schools, many families are low-income and still lack basic sanitation and electricity in their homes. Therefore, the information presented here can contribute to the implementation of public policies aimed at quilombola communities in Tocantins.

**Keywords:** Black Communities, Socioeconomic, Public Politics.

## **Análisis de las condiciones de vida de las comunidades de quilombolas en Tocantins, Brasil**

**RESUMEN.** El presente estudio llevó a cabo un enfoque descriptivo sobre las condiciones de vida de las familias en algunas comunidades de quilombolas en el estado de Tocantins. Mediante la aplicación de un cuestionario estructurado, se entrevistó a 414 familias, distribuidas en 21 comunidades de quilombolas en el Estado. A partir de las entrevistas, se observó que las comunidades estaban formadas por un mayor porcentaje de quilombolas masculinas, en el grupo de edad adulta. Muchas familias tenían ingresos de hasta un salario mínimo, un valor también posible gracias al Programa Bolsa Familia, que complementa los ingresos de estas familias. Además, un porcentaje significativo de los residentes se dedicaba a actividades agrícolas y/o artesanales, y la mayoría de la población tenía la Escuela Primaria I (5to grado) como nivel educativo. Los resultados de este trabajo revelaron que, a pesar de haber mejorado el acceso de las comunidades de quilombolas a las escuelas, muchas familias tienen bajos ingresos y aún carecen de saneamiento básico y electricidad en sus hogares. Por lo tanto, la información presentada aquí puede contribuir a la implementación de políticas públicas dirigidas a las comunidades de quilombolas en Tocantins.

**Palabras clave:** Comunidades Negras, Socioeconomico, Políticas Públicas.

## Introdução

As comunidades remanescentes quilombolas pertencem a um grupo social com características étnicas distintas. Localizadas principalmente em áreas rurais, apresentam modo de vida tradicional, expresso na cultura, nos costumes, nas festas, nas danças e nos hábitos particularizados de sua população (Araújo & Foschiera, 2012). O Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, distingue essas comunidades como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Os agrupamentos considerados comunidades remanescentes quilombolas se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos. Entre essas diversidades, encontram-se as fugas com ocupação de terras disponíveis e geralmente isoladas, que ocorreram no Brasil, entre os anos de 1530 a 1888, como forma de protesto ao sistema escravocrata, sobretudo às condições de maus tratos a que eram submetidos os africanos no período de Brasil Colonial. Destacam-se também as comunidades formadas a partir de heranças, doações e recebimento de terras como pagamento de serviços

prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, além da compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (Carvalho et al., 2011; Malcher & Nahum, 2010).

As comunidades quilombolas vêm resistindo ao tempo e às influências exteriores, procurando manter e reproduzir seu modo de vida. Nesse contexto, a territorialidade exerce um papel fundamental em face da construção da própria identidade do grupo, pois as diferentes apropriações dos espaços moldam, de forma particular e única, cada uma dessas localidades (Nery, 2004).

Com a promulgação do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, foi redigido o primeiro instrumento legal que se refere aos direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes. Outra grande conquista dos povos quilombolas foi o lançamento do Programa Brasil Quilombola (PBQ), em 12 de março de 2004. O programa foi criado com o intuito de consolidar o marco da política de Estado para as áreas quilombolas, e consequentemente, melhorar as condições de vida e ampliar o acesso aos bens e serviços públicos das

peças que vivem nessas localidades. Contudo, apesar dos avanços obtidos com o PBQ, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>i</sup>, as comunidades quilombolas brasileiras ainda estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social refere-se a uma condição de fragilidade material, de pessoas ou grupos com poucos recursos financeiros, de moradia, educação, saúde e oportunidades para seu desenvolvimento social. Os fatores que desencadeiam a “exclusão social” envolvem questões históricas, de gênero, de orientação sexual, de localização geográfica e de raça (Carmo & Guizardi, 2018; Monteiro, 2011; Pizzio, 2010), que levam à invisibilidade social.

Para Santos (2002) os afrodescendentes fazem parte de um grupo cujas formas de saber, viver e sentir foram desqualificadas, colocadas em uma posição de existência tão "inferior" que não pode ser considerada como alternativa credível de vida, o que passou a ser ignorado pela sociedade e produziu sua invisibilidade social.

No estado do Tocantins, segundo relatório realizado em 2005, ligado ao Plano Estadual de Promoção à Igualdade Racial, a invisibilidade social das comunidades remanescentes de quilombos constituía uma questão emergencial e de

risco. Nesse sentido, Esteves (2012) relatou que ao visitar as comunidades quilombolas do Tocantins (Malhadinha, Córrego Fundo, Barra de Aroeira, Distrito do Morro de São João, Redenção e Cocalinho), revelou que estas apresentavam situação de insegurança, tanto em relação à posse das terras por elas ocupadas, quanto à precariedade do acesso à infraestrutura básica, as quais são necessárias para a manutenção de qualidade mínima de vida.

Em 2018, o Brasil já possuía 2.685 comunidades remanescentes de quilombos distribuídas em 24 estados brasileiros, com exceção do Acre, de Roraima e do Distrito Federal. O estado do Tocantins, por sua vez, estava com 38 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (2018). Todavia, estima-se que a quantidade de comunidades quilombolas no Tocantins seja maior, mas o mais agravante é que não se conhece a realidade dessas comunidades e suas necessidades. Nesse contexto, o presente estudo realizou uma abordagem descritiva sobre as condições de vida das famílias de algumas comunidades quilombolas do estado do Tocantins.

## Metodologia

Esse estudo foi realizado em 21 comunidades quilombolas das regiões sul,

sudeste e central do estado do Tocantins, sendo elas: comunidades Malhadinha, Córrego Fundo, Curralinho do Pontal, e Manoel João (município de Brejinho de Nazaré); comunidade Mata Grande (município de Monte do Carmo); comunidade Santa Maria das Mangueiras (município de Dois Irmãos); comunidade Barra do Aroeira (município de Santa Tereza do Tocantins); comunidades Carrapato, Formiga e Ambrósio, Mumbuca e arredores, e Quilombolas Rios (município de Mateiros); comunidades Baião, e Poço Dantas (município de Almas); comunidades Chapada de Natividade, e São José (município de Chapada de Natividade); comunidades Kalunga do Mimoso, e Lagoa da Pedra (município de Arraias); comunidades de Laginha e áreas vizinhas, e São Joaquim (município de Porto Alegre do Tocantins); comunidade Lajeado (município de Dianópolis); comunidade Distrito do Morro de São João (município de Santa Rosa); e comunidade Redenção (município de Natividade).

Inicialmente, fez-se contato com os representantes das comunidades quilombolas, por telefone, a fim de informá-los sobre o objetivo do estudo e verificar interesse em participar da pesquisa. Com o assentimento do

representante, era agendada a data para a visita.

O levantamento dos dados socioeconômicos ocorreu mediante aplicação de um questionário estruturado (Marconi & Lakatos, 2004), o qual foi desenvolvido a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permaneceu constante para todos os entrevistados. Este foi aplicado a um representante por família, de preferência o pai ou a mãe, que informou os dados de todos os integrantes. Não participaram da pesquisa as famílias que não estavam na comunidade nos dias de visita, as quais ocorreram entre junho de 2011 a outubro de 2012.

Este foi um estudo quantitativo, com abordagem descritiva dos resultados (Triviños, 1987), para avaliar o perfil da população quilombola quanto ao número de famílias, gênero (masculino ou feminino), faixa etária, renda familiar e se beneficiada por programas do Governo Federal, atividade econômica e nível de escolaridade. Os dados foram categorizados, segundo Triviños (1987), como variáveis fundamentais, sendo as variáveis discretas o número de famílias, o número de pessoas, o sexo e a atividade econômica; e variáveis contínuas a faixa etária, a renda econômica e a escolaridade. Os dados foram organizados nas suas

categorias de análise e os resultados transformados em percentagens (%) para análise descritiva.

Esse trabalho foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT), processo n. 048/2009, e todas as entrevistas foram realizadas somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **Discussão e análises**

Nesse estudo, foram realizadas entrevistas com 414 famílias das 21 comunidades quilombolas estudadas, apresentando a condição econômica de 1.755 quilombolas, cerca de 80% da população total dessas comunidades<sup>ii</sup> (Tabela 1). Houve variação no quantitativo das famílias e pessoas por comunidade, o que pode estar relacionado aos fatores históricos referentes à sua origem, distância das comunidades aos centros urbanos, presença de escolas na comunidade e estrutura física das residências.

A comunidade Kalunga do Mimoso, localizada na região sul do Estado, foi a que apresentou o maior número de famílias amostradas (75), totalizando 243 quilombolas. É uma comunidade remanescente do quilombo de Kalunga de Goiás, datada de 1749, e suas famílias

estão distribuídas em pequenos núcleos residenciais (Curral Velho, Esperança, Deus Ajuda, Cana Brava, Mimoso, Forte, Aparecida, Matas, Ponta da Ilha, Belém e Albino) (Pires & Oliveira, 2006). Foi uma das primeiras comunidades tocantinenses a ser reconhecida como quilombola, no entanto, poucos foram os benefícios conquistados pela comunidade. Kalunga do Mimoso, localiza-se a 110 km da cidade de Arraias/TO, suas habitações são extremamente simples e rústicas, a maioria foi construída com a utilização de palhas de palmeiras, madeira e barro (Araújo & Foschiera, 2012), não possui energia elétrica, água tratada ou encanada, e saneamento básico. Mesmo assim, a presença de escolas na região e o forte laço familiar mantêm a população naquela terra.

A comunidade com menor número de famílias foi a de São José, também localizada na região sul do Estado (8 famílias e 39 moradores quilombolas) (Tabela 1). Essa é uma comunidade rural, localizada no município de Chapada de Natividade/TO. Apresenta um povoado disperso, residências construídas de adobe<sup>iii</sup>, sem água tratada ou encanada, sem fossa séptica e energia elétrica presente somente em algumas residências. Sua localização isolada dificulta o acesso dos moradores à saúde e educação, isso reduz consideravelmente sua qualidade de

vida e contribui para a migração da população para a cidade.

A presença de fossa para o armazenamento de esgoto doméstico foi verificada em comunidades beneficiadas pelo programa PAC Quilombola, como a comunidade Malhadinha e a comunidade

Córrego Fundo, ambas do município de Brejinho de Nazaré/TO. Porém, muitas das comunidades que não foram beneficiadas pelo programa não possuíam nenhum tipo de estrutura para tratar o lixo doméstico, descartando-o na natureza.

Tabela 1 - Número de famílias, de pessoas amostradas e o gênero (feminino e masculino) da população, em comunidades quilombolas do estado do Tocantins. Dados coletados nos anos de 2011 e 2012.

COMUNIDADES	FAMÍLIAS	PESSOAS POR COMUNIDADE	FEMININO	MASCULINO
	(N)	(N)	(%)	(%)
Baião	13	55	47,3	52,7
Barra do Aroeira**	19	107	43,9	56,1
Carrapato, Formiga e Ambrósio	45	218	43,1	56,9
Chapada de Natividade	23	109	53,2	46,8
Córrego Fundo*	12	63	50,8	49,2
Curralinho do Pontal*	11	41	41,5	58,5
Distrito do M. de São João**	30	110	45,5	54,5
Kalunga do Mimoso	75	243	41,6	58,4
Laginha e áreas vizinhas	12	79	46,8	53,2
Lagoa da Pedra	15	59	47,5	52,5
Lajeado	9	45	48,9	51,1
Malhadinha*	12	62	41,9	58,1
Manoel João*	13	43	37,2	62,8
Mata Grande**	18	78	50,0	50,0
Mumbuca e arredores	24	108	53,7	46,3
Poço Dantas	15	52	40,4	59,6
Quilombolas Rios	14	70	38,6	61,4
Redenção	14	51	49,0	51,0
Santa Ma. das Mangueiras	22	74	43,2	56,8
São Joaquim	10	49	43,1	52,9
São José	8	39	48,7	51,3
<b>TOTAL</b>	<b>414</b>	<b>1755</b>	<b>45,4</b>	<b>54,6</b>

Dados apresentados por \*Souza *et al.* (2013) e \*\*Andrade *et al.* (2015).

Quando avaliada a quantidade de pessoas do sexo masculino e feminino, verificou-se uma porcentagem relativamente maior de quilombolas do gênero masculino (54,6%) em relação ao

feminino (45,4%), também demonstrado na Tabela 1. Analisando-as individualmente, somente Córrego Fundo, Mumbuca e Chapada de Natividade apresentaram maior porcentagem para o

gênero feminino (50,8%, 53,7% e 53,2%, respectivamente) em relação ao masculino (49,2%, 46,3% e 46,8%, respectivamente). Contudo, a pouca diferença diagnosticada entre os gêneros, neste trabalho, revela que nas comunidades há um equilíbrio entre a população masculina e feminina.

Em algumas comunidades quilombolas, os homens e as mulheres apresentam papéis distintos. Nas comunidades do município de Mateiros/TO, por exemplo, os homens realizam o plantio da mandioca, feijão, batata e fazem a colheita da palha do buriti. Já as mulheres são responsáveis pela Associação do Capim Dourado, incluindo fabricação, venda e distribuição do dinheiro arrecadado, além disso, cuidam da colheita e do preparo da farinha, além de estarem engajadas na política da comunidade (Lopes, 2009).

Com relação à faixa etária dos quilombolas, observou-se que 33,2% eram adultos, seguidos de 24,3% de crianças, e 15,5%, 15,9% e 11,0% de adolescentes, jovens e idosos, respectivamente (Tabela 2). Na maioria das comunidades, prevaleceu a faixa etária adulta, como em Manoel João (41,9%), Kalunga do Mimoso (40,2%), Lagoa da Pedra (42,4%), Distrito do Morro de São João (41,8%) e Poço Dantas (40,4%). Em contrapartida, a faixa etária infantil destacou-se em cinco das

comunidades estudadas: Barra do Aroeira (36,4%), Carrapato, Formiga e Ambrósio (35,8%), São Joaquim (32,7%), Laginha e áreas vizinhas (27,8%) e Redenção (27,5%), onde também foram encontradas famílias bastante numerosas. O maior número de crianças nessas comunidades quilombolas sinaliza para uma população em crescimento.

Com relação à renda familiar, a maior parte das famílias entrevistadas declarou possuir renda mensal superior a um salário mínimo (42,3%), enquanto que 29,5% e 28,3% das famílias declararam renda de um salário mínimo e menor que um salário, respectivamente (Tabela 3). Analisando as comunidades individualmente, em quatro delas, a maior parte das famílias apresentaram renda mensal inferior ao mínimo: Barra do Aroeira (42,1%), Carrapato, Formiga e Ambrósio (40,0%), Santa Maria das Mangueiras (40,9%) e Lagoa da Pedra (40,0%). Em oito comunidades, metade ou mais da metade das famílias apresentaram renda superior ao salário mínimo: Córrego Fundo (50,0%), Curralinho do Pontal (81,8%), Mata Grande (66,7%), Quilombolas Rios (50,0%), Chapada de Natividade (73,9%), Lajeado (55,6%), São Joaquim (70%) e São José (75,0%).

A comunidade Curralinho do Pontal apresentou o maior percentual de famílias

com renda superior ao salário mínimo (81,8%), o que também está relacionado com o percentual de idosos na comunidade (27,5%; Tabela 2). Esse quantitativo pode influenciar positivamente no aumento da renda familiar, em virtude da existência de uma ou mais pessoas aposentadas na mesma residência. O percentual de famílias com renda superior ao salário mínimo também foi elevado para as

comunidades Chapada de Natividade (73,9%) e Mata Grande (66,7%), o que está relacionado com a localização, a primeira é uma comunidade totalmente urbana, no município de Chapada de Natividade/TO, e a segunda possui parte das famílias residindo no município de Monte do Carmo/TO.

Tabela 2 - Faixa etária dos moradores de comunidades quilombolas do Tocantins. Dados coletados nos anos de 2011 e 2012. (criança - de 0 a 12 anos incompletos; adolescente – de 12 a 18 anos incompletos; jovem – de 18 a 29 anos incompletos; adulto – 29 a 60 anos incompletos; e idoso – a partir de 60 anos).

COMUNIDADES	CRIANÇA (%)	ADOLESCENTE (%)	JOVEM (%)	ADULTO (%)	IDOSO (%)
Baião	23,1	13,5	9,6	34,6	19,2
Barra do Aroeira**	36,4	19,6	18,7	23,4	1,9
Carrapato, Formiga e Ambrósio	35,8	18,1	16,3	25,1	4,7
Chapada de Natividade	22,2	15,7	20,4	31,5	10,2
Córrego Fundo*	20,6	12,7	11,1	41,3	14,3
Currálinho do Pontal*	5,0	12,5	22,5	32,5	27,5
Distrito do M. de São João**	20,9	6,4	15,5	41,8	15,5
Kalunga do Mimoso	20,5	13,8	8,8	40,2	16,7
Laginha e áreas vizinhas	27,8	19,0	25,3	20,3	7,6
Lagoa da Pedra	15,3	15,3	15,3	42,4	11,9
Lajeado	22,2	28,9	8,9	33,3	6,7
Malhadinha*	25,8	6,5	17,7	37,1	12,9
Manoel João*	20,9	4,7	11,6	41,9	20,9
Mata Grande**	17,9	12,8	25,6	34,6	9,0
Mumbuca e arredores	23,1	19,4	23,1	30,6	3,7
Poço Dantas	15,4	7,7	19,2	40,4	17,3
Quilombolas Rios	20,3	15,9	18,8	39,1	5,8
Redenção	27,5	23,5	9,8	21,6	17,6
Santa Ma. das Mangueiras	28,4	16,2	8,1	33,8	13,5
São Joaquim	32,7	20,4	12,2	30,6	4,1
São José	17,9	23,1	17,9	25,6	15,4
<b>TOTAL</b>	<b>24,3</b>	<b>15,5</b>	<b>15,9</b>	<b>33,2</b>	<b>11,0</b>

Dados apresentados por \*Souza *et al.* (2013) e \*\*Andrade *et al.* (2015).

Pinheiro *et al.* (2013) identificaram os motivos que levaram parte das famílias quilombolas da comunidade Mata Grande

a migrarem para a cidade, sua relação com a nova morada e a influência causada pelo meio urbano. Como resultado, verificou

que o deslocamento dessas famílias ocorreu na busca de melhores condições de vida, relacionadas com a renda, infraestrutura das moradias, educação para os filhos e acesso à saúde. Contudo, apesar das melhorias, ficou um sentimento de perda de identidade cultural. Os costumes

das famílias alteraram consideravelmente com a mudança para Monte do Carmo/TO, porque a vida na cidade imprime outros hábitos e os distanciam das atividades ligadas à terra.

Tabela 3 - Renda declarada pelas famílias das comunidades quilombolas do estado do Tocantins e os benefícios que contribuem para a renda familiar. Dados coletados nos anos de 2011 e 2012.

COMUNIDADES	RENDA DECLARADA			BENEFÍCIOS DO GOVERNO FEDERAL / ESTADUAL			
	< 1 SALÁRIO (%)	1 SALÁRIO (%)	> 1 SALÁRIO (%)	NENHUM (%)	BOLSA FAMÍLIA (%)	TARIFA DE ENERGIA (%)	OUTRO (%)
Baião	15,4	38,5	46,2	61,5	38,5	-	-
Barra do Aroeira**	42,1	21,1	36,8	31,6	68,4	-	-
Carrapato, Formiga e Ambrósio	40,0	28,9	31,1	46,7	48,9	4,4	-
Chapada de Natividade	4,3	21,7	73,9	56,5	39,1	4,3	-
Córrego Fundo*	25,0	25,0	50,0	58,3	41,7	-	-
Curralinho do Pontal*	18,2	-	81,8	54,5	45,5	-	-
Distrito do M. de São João**	13,3	50,0	36,7	66,7	33,3	-	-
Kalunga do Mimoso	34,7	26,7	38,7	41,3	57,3	-	1,3
Laginha e áreas vizinhas	33,3	41,7	25,0	66,7	33,3	-	-
Lagoa da Pedra	40,0	26,7	33,3	26,7	66,7	-	6,7
Lajeado	22,2	22,2	55,6	44,4	55,6	-	-
Malhadinha*	25,0	50,0	25,0	75,0	25,0	-	-
Manoel João*	23,1	30,8	46,2	46,2	53,8	-	-
Mata Grande**	22,2	11,1	66,7	66,7	33,3	-	-
Mumbuca e arredores	33,3	37,5	29,2	62,5	37,5	-	-
Poço Dantas	33,3	20,0	46,7	80,0	20,0	-	-
Quilombolas Rios	21,4	28,6	50,0	50,0	35,7	14,3	-
Redenção	21,4	50,0	28,6	14,3	35,7	50,0	-
Santa Ma. das Mangueiras	40,9	40,9	18,2	45,5	54,5	-	-
São Joaquim	10,0	20,0	70,0	40,0	60,0	-	-
São José	25,0	-	75,0	50,0	50,0	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>28,3</b>	<b>29,5</b>	<b>42,3</b>	<b>50,5</b>	<b>46,1</b>	<b>2,9</b>	<b>0,5</b>

Dados apresentados por \*Souza *et al.* (2013) e \*\*Andrade *et al.* (2015).

O Programa Bolsa Família se destacou em todas as comunidades, estando presente em 46,1% das famílias entrevistadas (Tabela 3). Duas comunidades se sobressaíram por possuírem mais de 60% de suas famílias providas pelo Programa: Barra do Aroeira

(68,4%) e Lagoa da Pedra (66,7%), ambas já citadas no texto por possuírem baixa renda. Ressalta-se que o valor repassado pelo Programa Bolsa Família, instituído pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, depende da

quantidade de pessoas que compõem a família, da idade de seus membros e de sua renda. Além disso, há benefícios específicos às famílias com crianças e jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

Por outro lado, uma porcentagem reduzida de famílias quilombolas (2,9%) declarou ser beneficiada com a Tarifa Social de Energia, ou seja, um benefício que permite desconto na conta de luz, destinado às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O baixo número de famílias contempladas com o benefício pode estar relacionado com a falta de energia elétrica em muitas das comunidades estudadas. Segundo Oliveira e Silva et al. (2008), a ausência de acesso à energia elétrica é considerada um fator para a dificuldade de emprego e renda nas comunidades quilombolas, impedindo o desenvolvimento de cooperativas de produção, por exemplo.

Na comunidade Kalunga do Mimoso, houve uma família que confirmou o recebimento de cestas básicas, enquanto que, em Lagoa da Pedra, outra afirmou ser contemplada pelo programa estadual Tocantins sem Fome<sup>iv</sup>. É importante salientar que esses programas complementam a renda das famílias quilombolas, principalmente daquelas com

baixa renda, e/ou com indivíduos em faixa etária mais vulnerável (crianças e adolescentes).

Além de benefícios, como o Programa Bolsa Família (PBF), já mencionado, as comunidades quilombolas brasileiras podem ser beneficiadas por outros programas e ações do Governo, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Cestas de Alimentos, Hortas Comunitárias, Programa de Prestação Continuada (PPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Todos eles possuem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades quilombolas. Contudo, a falta de informações quanto aos programas e a forma de cadastro da comunidade e ou das famílias tornam-se empecilhos para o cumprimento dessa finalidade (Fundação Euclides da Cunha, 2009). Ademais, Esteves (2012) declarou que no estado do Tocantins a descontinuidade das ações em favor das comunidades é evidente, devido, principalmente, à falta de preparo dos gestores e as mudanças constantes deles nos órgãos responsáveis.

A renda das famílias nas diferentes comunidades está relacionada a várias atividades econômicas exercidas pelos moradores. Essas atividades variam conforme a comunidade e sua localização geográfica. Dessa forma, nessas

localidades, encontram-se pessoas que trabalham nas mais diversas profissões e atribuições, como, por exemplo, agentes comunitários, assistentes administrativos, professores, motoristas, merendeiros e técnicos em enfermagem. A principal atividade econômica dos moradores das comunidades são as atividades voltadas à agricultura e ao artesanato. Nesse estudo,

42,2% dos quilombolas se declararam lavradores e/ou artesões. Os benefícios do INSS também contribuem para a renda familiar, sendo que 22,8% das pessoas entrevistadas eram aposentadas ou pensionistas, enquanto apenas 13,6% se declararam empregadas (Tabela 4).

Tabela 4 - Atividade econômica exercida pelos quilombolas do estado do Tocantins. Dados coletados nos anos de 2011 e 2012.

COMUNIDADES	EMPREGADO (%)	AUTÔNOMO (%)	LAVRADOR/ARTESÃO (%)	BENEFICIÁRIO DO INSS (%)	ATIVIDADE NÃO REMUNERADA (%)	DESEMPREGADO (%)	NÃO INFORMADO (%)
Baião	5,7	-	34,3	37,1	20,0	-	2,9
Barra do Aroeira**	18,4	-	53,1	14,3	8,2	-	6,1
Carrapato, Formiga e Ambrósio	15,7	4,9	55,9	10,8	1,0	2,0	9,8
Chapada de Natividade	41,2	8,8	10,3	16,2	13,2	5,9	4,4
Córrego Fundo	14,3	-	28,6	28,6	11,9	-	16,7
Currálinho do Pontal	20,6	-	20,6	32,4	11,8	-	14,7
Distrito do M. de São João**	13,8	3,8	32,5	23,8	21,3	-	5,0
Kalunga do Mimoso	4,9	-	57,4	30,9	0,6	-	6,2
Laginha e áreas vizinhas	7,1	4,8	61,9	16,7	4,8	2,4	2,4
Lagoa da Pedra	12,2	-	48,8	26,8	9,8	-	2,4
Lajeado	36,4	4,5	31,8	22,7	-	-	4,5
Malhadinha	2,3	4,7	18,6	18,6	25,6	-	30,2
Manoel João	3,3	-	30,0	30,0	26,7	-	10,0
Mata Grande**	24,1	14,8	11,1	22,2	13,0	-	14,8
Mumbuca e arredores	14,5	3,2	51,6	12,9	-	-	17,7
Poço Dantas	10,0	2,5	45,0	22,5	7,5	7,5	5,0
Quilombolas Rios	24,4	6,7	40,0	8,9	4,4	4,4	11,1
Redenção	-	-	42,3	46,2	-	-	11,5
Santa Ma. das Mangueiras	-	-	64,3	28,6	7,1	-	-
São Joaquim	8,7	-	69,6	21,7	-	-	-
São José	4,3	-	47,8	30,4	-	-	17,4
<b>TOTAL</b>	<b>13,6</b>	<b>3,1</b>	<b>42,2</b>	<b>22,8</b>	<b>8,3</b>	<b>1,1</b>	<b>8,9</b>

Dados apresentados por \*\*Andrade *et al.* (2015).

Os dados apresentados na Tabela 4 demonstram ainda que, em sete comunidades, mais de 50% de sua população vive da lavoura e ou do artesanato: Santa Maria das Mangueiras (64,3%); Barra do Aroeira (53,1%); Carrapato, Formiga e Ambrósio (55,9%);

Mumbuca e arredores (51,6%); Kalunga do Mimoso (57,4%); Laginha e áreas vizinhas (61,9%); e São Joaquim (69,6%). Muitas dessas comunidades combinam algumas atividades com a pequena agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, pesca, criação de animais domésticos,

beneficiamento de farinha e óleo, e artesanato.

Nas comunidades Carrapato, Formiga e Ambrósio, e Mumbuca e arredores, localizadas no município de Mateiros/TO, o artesanato é uma prática fortalecida pelos moradores. Utilizando o capim dourado, os quilombolas dessa região confeccionam alguns artigos, como bijuterias, bolsas e chapéus. O artesanato é vendido principalmente para os turistas que frequentam o Parque Estadual do Jalapão.

Outros estudos realizados em comunidades quilombolas rurais do Brasil demonstram a importância do recebimento de auxílios do Governo Federal e da agricultura para a sua população. Júnior *et al.* (2008), no trabalho realizado em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP, verificaram que a principal fonte de renda familiar dessa população era o recebimento de aposentadorias e do Programa Bolsa Família. Em contrapartida, nas comunidades quilombolas rurais de Pinheiros e Macuco/MG, Lima & Tubaldini (2009) relatam que a agricultura familiar era predominante, possuindo traços camponeses, na organização do trabalho, sendo a economia pautada em primeiro plano para a subsistência do grupo familiar.

A Tabela 5 mostra o nível de escolaridade dos moradores das

comunidades quilombolas do Tocantins. A maior parte das pessoas que informaram o nível de escolaridade possuía o Ensino Fundamental I (28,1%), completo ou incompleto, seguidas das que tinham Ensino Fundamental II (24,2%) e o Ensino Médio (16,8%). Quanto ao analfabetismo, 13,2% dos quilombolas se declararam analfabetos, com destaque para as comunidades Kalunga do Mimoso (28,8%) e Baião (27,5%).

A maioria dos analfabetos eram pessoas idosas que na infância tiveram dificuldades para frequentar a escola. Isso pode ser explicado pelo fato de muitas comunidades estarem localizadas em áreas rurais, distantes de centros urbanos. Atualmente, as escolas rurais garantem o acesso do maior número de moradores à educação. Além disso, quando a comunidade não possui escola, ou até mesmo não apresenta todas as séries, muitos municípios disponibilizam transporte gratuito para o deslocamento dos alunos até as escolas localizadas na cidade.

Mesmo assim, muitos quilombolas abandonam o seu lugar de origem quando percebem as dificuldades em relação à sua formação escolar, a exemplo da comunidade Mata Grande, em Monte do Carmo/TO, como citado anteriormente (Pinheiro *et al.*, 2013). Souza *et al.* (2013)

também relataram que a baixa concentração de jovens e adolescentes nas comunidades Malhadinha, Córrego Fundo, Curralinho do Pontal e Manoel João, localizadas no município de Brejinho de Nazaré/TO, era devido a necessidade de eles se dirigirem às cidades vizinhas para estudar e trabalhar. Júnior et al. (2008) observaram que as escolas presentes nas comunidades localizadas no Vale do Ribeira/SP ofereciam somente as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e que o aluno precisava se deslocar para as cidades mais próximas para cursar as séries seguintes.

Conhecer as condições econômicas e sociais das comunidades quilombolas possibilita a análise de seus aspectos de saúde e bem-estar. Fry (2004) refere-se a dois fatores que agravam os índices de saúde, relacionados às condições sociais e econômicas das famílias quilombolas. Em primeiro, estão as doenças genéticas, ligadas a uma ancestralidade ou etnia específica, e, em segundo, as doenças vinculadas às suas condições socioeconômicas e educacionais, resultantes de posições sociais, culturais e econômicas desfavoráveis.

Tabela 5 - Nível de escolaridade de quilombolas do estado do Tocantins. Dados coletados nos anos de 2011 e 2012. (ANALF: analfabeto; ALFAB: alfabetizado; ED PRÉ-ESC: educação pré-escolar; EF I: ensino fundamental I; EF II: ensino fundamental II; EM: ensino médio; ES: ensino superior; PÓS-GRAD: pós-graduação).

COMUNIDADES	ANALF (%)	ALFAB (%)	ED PRÉ-ESC (%)	EF I (%)	EF II (%)	EM (%)	ES (%)	PÓS-GRAD (%)	NÃO INFORMADO (%)
Baião	27,5	-	-	15,7	37,3	17,6	-	-	2,0
Barra do Aroeira**	5,8	-	2,3	29,1	36,0	24,4	-	-	2,3
Carrapato, Formiga e Ambrósio	19,9	3,3	0,6	31,5	27,6	11,6	-	-	5,5
Chapada de Natividade	2,0	2,0	-	26,3	22,2	43,4	1,0	1,0	2,0
Córrego Fundo*	-	-	-	-	-	-	-	-	--
Curralinho do Pontal*	-	-	-	-	-	-	-	-	--
Distrito do M. de São João**	11,2	1,0	2,0	33,7	26,5	19,4	5,1	-	1,0
Kalunga do Mimoso	28,8	6,1	-	36,2	21,4	4,4	0,4	-	2,6
Laginha	7,4	1,5	-	27,9	38,2	25,0	-	-	-
Lagoa da Pedra	14,8	3,7	-	31,5	22,2	18,5	7,4	1,9	-
Lajeado	7,5	2,5	-	27,5	42,5	12,5	5,0	-	2,5
Malhadinha*	-	-	-	-	-	-	-	-	--
Manoel João*	-	-	-	-	-	-	-	-	--
Mata Grande**	5,6	-	-	32,4	25,4	35,2	-	-	1,4
Mumbuca e arredores	4,3	6,5	-	24,7	33,3	29,0	1,1	-	1,1
Poço Dantas	24,0	8,0	-	14,0	22,0	28,0	4,0	-	-
Quilombolas Rios	15,6	1,6	-	21,9	23,4	25,0	10,9	-	1,6
Redenção	20,8	2,1	2,1	33,3	27,1	14,6	-	-	-
Santa Ma. das Mangueiras	10,4	4,5	-	59,7	22,4	3,0	-	-	-
São Joaquim	7,1	-	-	38,1	26,2	14,3	2,4	-	11,9
São José	7,9	15,8	-	31,6	23,7	21,1	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13,2</b>	<b>3,1</b>	<b>0,4</b>	<b>28,1</b>	<b>24,2</b>	<b>16,8</b>	<b>1,7</b>	<b>0,1</b>	<b>14,0</b>

\* Dados não coletados. \*\*Dados apresentados por Andrade et al. (2015).

A população negra no Brasil apresenta precárias condições de saúde devido a condições de pobreza, problemas de habitação, saneamento, educação, trabalho, entre outros. Tal situação é acrescida ainda pela sua “composição étnica”, que resulta em doenças que predominam nesse grupo, como a pressão alta e a doença falciforme (Souza, 2013, Teles et al., 2017). Essas dificuldades, principalmente a distância dos grandes centros urbanos, prejudicam o acesso à saúde nas comunidades quilombolas e o acompanhamento contínuo e indispensável às pessoas que necessitam de atendimento médico especializado (Andrade et al., 2015, Freitas et al., 2011, Silva, 2007).

Essa condição também foi confirmada em pesquisa realizada pela Fundação Euclides da Cunha (2009), com 60 comunidades quilombolas, em 22 estados nas cinco grandes regiões do Brasil. A pesquisa revelou que um dos problemas mais eminentes em todas as regiões foi em relação à precariedade no atendimento à saúde. A inexistência de unidades de saúde em muitas comunidades, associada à cobertura limitada do Programa de Saúde da Família, restringe o acesso dos quilombolas aos serviços médicos, mesmo nos níveis mais elementares de atendimento. Essa ausência os leva a buscar o atendimento em lugares

distantes e de difícil acesso, sujeitando-os as condições ruins das estradas e ao preço elevado dos meios de transporte disponíveis.

Oliveira e Silva et al. (2008) destacam que as comunidades quilombolas rurais apresentam um relativo grau de isolamento geográfico, de desigualdades sociais e saúde. Souza (2013) relatou que a falta de atendimento médico, atrelado à distância da comunidade para o centro urbano de Brejinho de Nazaré/TO, configura a maior dificuldade das famílias localizadas na comunidade Currealinho do Pontal. Em Kalunga do Mimoso (TO), segundo Lopes (2009), a ida ao médico acontece quando os remédios naturais já não estão fazendo efeito, pois o deslocamento até as cidades gera gastos.

Serviços de saneamento básico, transporte e educação também são prejudicados, principalmente nas comunidades quilombolas rurais, pois dependem unicamente do poder público, que não consegue suprir todas as necessidades da população. Em Caiana dos Crioulos, comunidade localizada no estado da Paraíba, Silva (2007) observou a inexistência de condições sanitárias apropriadas, como água corrente limpa para consumo humano, esgoto sanitário tratado e coleta de lixo. Na comunidade quilombola de Cedro/GO, a situação vivida

por seus habitantes não é diferente, convivem diariamente com a falta de coleta de lixo, de esgoto e de escola, juntamente com a inexistência de ações públicas que visam à geração de renda e emprego (Silva, 2012).

Em relação à educação, segundo Araújo e Foschiera (2012), além da ausência de um currículo e conteúdo próprio que incorpore a cultura local nas aulas, a infraestrutura da maioria das escolas quilombolas ainda está muito aquém do desejado, mesmo com a destinação de verbas específicas para essa finalidade. Além disso, muitas comunidades tocantinenses, como relatado no II Encontro de Comunidades Quilombolas do Tocantins<sup>v</sup>, realizado em 2010, destacaram a necessidade de programas específicos que auxiliem na permanência de professores e alunos quilombolas na escola de sua comunidade, como, por exemplo, a implantação do Ensino Fundamental e Médio e a capacitação de professores quilombolas para atuarem nas escolas das comunidades.

Segundo o relatório final do Diagnóstico Sócio-Econômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos (Fundação Cultural Palmares & Fundação Universidade de Brasília, 2004), essas localidades merecem uma atenção especial dos poderes públicos, em virtude

da sua invisibilidade social, no processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas. Essa realidade é encontrada na maioria das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, onde a falta de energia elétrica, de saneamento básico, de investimentos nas áreas de saúde e educação influenciam negativamente no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida dos quilombolas.

### **Conclusão**

A caracterização das comunidades em questão, demonstrou que merecem atenção especial por parte dos serviços públicos, pois são formadas, principalmente, por pessoas que exercem atividades rurais, de artesanato e/ou lavoura, e a maior parte das famílias vive com uma renda que não supre suas necessidades básicas. Além disso, a falta de escolas, postos médicos e condições sanitárias nas comunidades revelam sua vulnerabilidade social e a exclusão das condições plenas de cidadania à qual estão submetidas. Nesse contexto, os resultados apresentados nessa pesquisa poderão contribuir para a implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas no estado do Tocantins.

## Agradecimentos

Ao apoio financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Tocantins/SEDECTI em convênio com o CNPq, edital PPSUS/2008, n. 700.612/08. À Universidade Federal do Tocantins, pelo apoio logístico, financeiro e bolsas de Iniciação Científica. Às Comunidades Quilombolas pelo acolhimento, o que possibilitou o presente estudo.

## Referências

Andrade, S. P., Teles, A. F., Souza, L. O.; Silva, L. C., Oliveira, R. J., Santos, M. G., & Seibert, C. S. (2015). A distribuição da hemoglobina S em três comunidades quilombolas do estado do Tocantins-Brasil. *Scientia Amazonia*, 4(1), 10-20. <http://dx.doi.org/10.19178/Sci.Amazon.v4i1.10-20>

Araújo, S. R. E., & Foschiera, A. A. (2012). As contradições entre a realidade socioeconômica da comunidade quilombola Mimoso do Kalunga e a garantia dos direitos legais de educação e território. *Revista Pegada*, 13(2), 203-227. <https://doi.org/10.33026/peg.v13i2.1831>

Artigo 68. (1988, 5 de outubro). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>

Carmo, E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde*

*Pública*, 34(3), e00101417. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00101417>

Carvalho, L. F. P., Souza, L. R. S., Carvalho, M. R., & Fiabani, A. (2011). Comunidade negra Mata Grande: cotidiano e história. In Lopes, M. A. O. (Org.). *Entre o costume e a lei: superando o "silêncio" e descortinando a história afro-brasileira* (pp. 9-118). São José: Premier.

Decreto n. 4.887. (2003, 20 de novembro). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Recuperado de:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)

Decreto n. 5.209. (2004, 17 de setembro). Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Recuperado de: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/decreto/Decreto\\_no\\_5209\\_de\\_17.09.2004-1.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf)

Esteves, F. P. (2012). *Historicidade e campesinato: um estudo sobre a organização socioeconômica da comunidade de Malhadinha e sua inserção nas políticas públicas de ação afirmativa* (Tese de Doutorado) (1988-2011). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Freitas, D. A., Caballero, A. D., Marques, A. S., Hernández, C. I. V., & Antunes, S. L. N. O. (2011). Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*, 13(5), 937-943. <https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000033>

- Fry, P. (2004). As aparências que enganam: reflexões sobre ‘raça’ e saúde no Brasil. In Monteiro, S., & Sansone, L., (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* (pp. 121-135). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.  
<https://doi.org/10.7476/9788575416150.0006>
- Fundação Cultural Palmares, & Fundação Universidade de Brasília. (2004). *Diagnóstico Sócio-Econômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos: relatório geral*. Brasília.
- Fundação Cultural Palmares. Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs). (2018). Recuperado de: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral.pdf>
- Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF). (2009). *Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do MDS*. Brasília. Recuperado de: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/08092017114523-30.acesso.quilombolas.aos.programas.pdf>
- Júnior, N. N. P., Murrieta, R. S. S., Taqueda, C. S., Navazinas, N. D., Ruivo, A. P., Bernardo, D. V., & Neves, W. A. (2008). A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. *Revista Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 3(2), 227-252.  
<https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200007>
- Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. (2004, 9 de janeiro). Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)
- Lima, G. D., & Tubaldini, M. A. S. (2009). Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de Macuco e Pinheiros – Alto Jequitinhonha. In *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. (pp. 1-30). São Paulo, SP.
- Lopes, M. A. O. (2009). Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. *Revista Patrimônio e Memória*, 5(1), 107-126.
- Malcher, M. A. F., & Nahum, J. S. (2010). A formação das comunidades negras rurais de São Judas e Cravo, no estado do Pará. In *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperanças, espaços de diálogos e práticas*. Porto Alegre, RS.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2004). *Metodologia científica*. São Paulo, SP: Atlas.
- Monteiro, S. R. R. P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29-40.
- Nery, T. C. S. (2004). Saneamento: ação de inclusão social. *Revista Estudos Avançados*, 18(50), 313-321.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100028>
- Oliveira e Silva, D., Guerrero, A. F. H., Guerrero, C. H., & Toledo, L. M. (2008). A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Revista de Nutrição*, 21(Suplemento), 83-97.  
<https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700008>
- Pinheiro, E. P., Busquets, M., Rodrigues, R. A. M., Silva, J. B. A., Seibert, C. S., & Malvásio, A. (2013). Quilombolas no

centro urbano de Monte do Carmo-TO. *Revista Interface*, 6, 32-39.

Pires, A. L. C. S., & Oliveira, R. (2006). Notas etnográficas sobre as comunidades negras rurais do Tocantins. In Pires, A. L. C. S., & Oliveira, R. (Orgs.). *Sociabilidades Negras: Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura* (pp. 67-79). Belo Horizonte, MG: Editora: Editora Gráfica Daliana Ltda.

Pizzio, A. (2010). O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. *Revista Ágora*, 5(1), 96-117.

Santos, B. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

Silva, J. A. N. (2007). Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do estado da Paraíba. *Revista Saúde e Sociedade*, 16(2), 111-124. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200011>

Silva, J. S. (2012). Levantamento etno-histórico da Comunidade Quilombola do Cedro - GO. In *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária "Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro"* (pp. 1-14). Uberlândia, MG.

Souza, I. A. (2013). *Comunidade quilombola Curralinho do Pontal - Tocantins: condições de saúde, história e processo de reconhecimento territorial* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Tocantins, Tocantins.

Souza, L. O., Teles, A. F., Oliveira, R. J., Lopes, M. A. O., Souza, I. A., Inácio, V. S. S. I., & Seibert, C. S. (2013). Triagem das hemoglobinas S e C e a influência das

condições sociais na sua distribuição: um estudo em quatro comunidades quilombolas do estado do Tocantins. *Revista Saúde e Sociedade*, 22(4), 1236-1246. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000400024>

Teles, A. F., Silva, L. C., Silva, A. C., Souza, L. O., Santos, M. G., & Seibert, C. S. (2017). Hemoglobinas de origem africana em comunidades quilombolas do estado do Tocantins, Brasil. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 8(1), 39-46. <https://doi.org/10.5123/S2176-62232017000100006>

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

---

<sup>i</sup> Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas. Brasília, 2012. Acessado em 15 jul. 2014. Recuperado de: <http://www.sepppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq->

<sup>ii</sup> Número populacional das comunidades informado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins (2012) e pelos representantes das comunidades.

<sup>iii</sup> Tijolo rudimentar feito de terra, água e palha, por um processo artesanal.

<sup>iv</sup> Programa de combate à fome do Governo do Estado do Tocantins.

<sup>v</sup> Carta dos quilombolas - II Encontro Estadual de Comunidade Quilombolas do Tocantins, 2010. Dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Defesa Social – TO.

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 19/03/2020

Aprovado em: 11/05/2020

Publicado em: 27/06/2020

Received on March 19th, 2020

Accepted on May 11th, 2020

Published on June, 27th, 2020

**Contribuições no artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Annyelle Figueredo Teles



<http://orcid.org/0000-0002-0546-8687>

Luciana da Costa da Silva



<http://orcid.org/0000-0003-3107-6166>

Amanda Cordeiro da Silva



<http://orcid.org/0000-0003-4854-9951>

Ibis Alan de Souza



<http://orcid.org/0000-0002-4743-9024>

Carla Simone Seibert



<http://orcid.org/0000-0002-3988-7767>

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Teles, A. F., Silva, L. C., Silva, A. C., Souza, I. A., & Seibert, C. S. (2020). Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e8671. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8671>

ABNT

TELES, A. F.; SILVA, L. C.; SILVA, A. C.; SOUZA, I. A.; SEIBERT, C. S. Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e8671, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8671>